

J. Freitas



PREJUÍZO Ao lado de Sérgio Guerra e Flávio Arns, Roberto Rodrigues (E) lamenta perda de renda de agricultores

AGRICULTURA

Ministro pede apoio de senadores para liberar recursos

O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, pediu aos senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que o ajudem a liberar, no Ministério da Fazenda, R\$ 1 bilhão para comercialização da safra agrícola.

Página 8

Governo negocia com oposição mudança na MP do microcrédito

Entendimento entre a liderança do governo e o PSDB, ontem à noite, garantiu audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, na terça-feira, com o presidente do Banco Popular

J. Freitas



EXPLICAÇÕES Jorge Armando Félix (D) diz a Cristovam e Suassuna que Abin não deu credibilidade à informação

Comissão quer ouvir Abin e ministro sobre as Farc

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência realiza hoje, às 14h30, reunião para ouvir o ministro da Segurança Institucional e o diretor-geral da Abin sobre suposta contribuição das Farc ao PT. Ontem, o ministro compareceu a uma reunião informal no gabinete do senador Ney Suassuna.

Página 5

DENÚNCIAS

Virgílio apresenta requerimentos para criar duas CPIs

Página 5

Área econômica do governo aceita negociar modificações que aumentem a eficácia do programa de microcrédito. O anúncio foi feito pelo líder do governo, Aloizio Mercadante. Com esse objetivo, haverá uma nova audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, na próxima terça-feira, para ouvir o presidente do Banco Popular do Brasil, Ivan Guimarães. Após a reunião no Senado com a presença do líder do PT, Delcídio Amaral, e do presidente do Banco Popular, o senador Tasso Jereissati afirmou que ainda há dúvidas sobre o programa e sugeriu a adoção do modelo usado em Bangladesh.

Página 4



BENEFÍCIO Delcídio (E) ressalta o empenho do governo em garantir financiamentos que, segundo Mercadante, já chegam a 1,35 milhão de pessoas

José Cruz



CRIMES Hélio Costa adverte que o aliciamento de jovens tem levado à perda de bens e vidas

Hélio Costa quer investigar imigração ilegal

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) encaminhou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, requerimento para instalação de comissão mista parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a situação dos brasileiros que emigram ilegalmente para o exterior. O parlamentar advertiu que o aliciamento de jovens por quadrilhas ligadas ao tráfico internacional de pessoas tem levado à perda de bens e vidas.

Segundo informou, esses traficantes costumam cobrar R\$ 30 mil para facilitar a entrada ilegal de brasileiros nos Estados Unidos e na Europa. Ele observou que a viagem é uma aventura que muitas vezes leva o imigrante à morte.

–Na semana passada, dois mineiros morreram ao tentar cruzar a fronteira do México com os Estados Unidos – comentou.

Além de cobrar maior assistência das autoridades aos imigrantes ilegais, Hélio Costa pediu aos líderes na Câmara e no Senado que agilizem a indicação de representantes na CPI. De acordo com o senador, cerca de 2 milhões de brasileiros vivem no exterior.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Pauta continua trancada

Os senadores retomam na sessão de hoje, marcada para as 14h, o debate do projeto de conversão (PLV 1/05) que cria o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Originada de medida provisória, a proposta tranca a pauta de votações desde a semana passada.



Audiência sobre morte de crianças indígenas

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza hoje audiência pública às 9h30 para discutir a morte de crianças indígenas em Mato Grosso do Sul.

Entre os convidados, os índios Luciano Arévalo e Hélio Ninbú, além do antropólogo Fábio Mura e o diretor do Departamento de Saúde Indígena da Funasa, Alexandre Padilha.

Indicações de embaixadores são examinadas na CRE

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) vota indicações do Executivo para embaixadas brasileiras no exterior. Entre elas, a do diplomata

Lúcio Pires de Amorim para, cumulativamente com o cargo na África do Sul, assumir as missões no Reino do Lesoto e em Botsuana.

Audiência discute ligação entre o PT e as Farc

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) reúne-se hoje, às 14h30. Os parlamentares ouvem o ministro do Gabinete Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando



Félix (foto), e o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, Mauro Marcelo de Lima e Silva, que falam sobre as denúncias de envolvimento do Partido dos Trabalhadores com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).



Comissão do Mercosul vota projetos

A Comissão Conjunta do Mercosul promove reunião hoje, às 9h. Em pauta, proposta que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de até R\$ 20 milhões ao Paraguai, além da que declara Santana do Livramento (RS) cidade símbolo da integração brasileira com os países membros do Mercosul.

Investigação Dorothy Stang

A Comissão Dorothy Stang realiza reunião administrativa hoje, a partir das 11h. Na ocasião, serão votados requerimentos apresentados pelos parlamentares. O colegiado acompanha as investigações do assassinato da missionária norte-americana, que trabalhava com agricultores do Pará.

Fale com o Senado

Alô Senado, serviço de relacionamento da Casa com o cidadão, recebe diariamente sugestões, dúvidas e denúncias da população. Para participar, basta ligar 0800 61-2211 ou enviar mensagens para alosenado@senado.gov.br. As demandas serão encaminhadas aos órgãos de competência.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



PESQUISA José Jorge: percentuais de brancos e negros nas universidades são semelhantes aos da sociedade

Estudo contesta política de cotas, diz José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE) criticou o Ministério da Educação (MEC) por suspender a divulgação de pesquisa com o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das universidades federais. Segundo ele, a pesquisa, financiada pelo MEC e realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, reforça tese contrária à política de cotas.

– Os dados mostram que, tanto para negros como para brancos, os percentuais são semelhantes aos declarados pela população em geral – explicou.

O mesmo teria se dado, conforme afirmou o senador, em relação à renda dos estudantes. Além disso, “46,2% dos estudantes chegaram à universidade depois de estudar o ensino médio na rede pública”.

Paulo Paim (PT-RS), em aparte, defendeu a necessidade da adoção das cotas.

Tuma celebra o Dia do Bibliotecário

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou a passagem do Dia do Bibliotecário, em 12 de março. Ele ressaltou a importância da Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, do Senado Federal.

Romeu Tuma explicou que a data dedicada aos bibliotecários foi escolhida em homenagem ao poeta Manoel Bastos Tigre, que trabalhou durante muitos anos na Biblioteca Nacional.

Tuma recordou sua gestão à frente da 1ª Secretaria do Senado, entre 2003 e 2004, quando criou o Projeto de Restauração de Obras Raras, e cumprimentou a equipe da biblioteca do Senado, em especial sua diretora, Simone Bastos Vieira.

Comissão debate pena de crimes hediondos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou ontem projeto do senador Hélio Costa (PMDB-MG) determinando que a pessoa que cometer crime hediondo, como assassinato brutal de criança ou seqüestro, deixaria de ter direito à liberdade condicional após o cumprimento de dois terços da pena. Pela proposta, o condenado cumpriria a pena integralmente.

Mas o presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), atendendo a uma solicitação do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e que contou com apoio de outros parlamentares, abriu caminho para que o colegiado volte a discutir o assunto, com a apresentação de nova proposta.

Ficou acertado que a CCJ vai entrar em contato com os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), com o objetivo de encontrar uma alternativa visando buscar a harmonia entre os institutos da liberdade condicional e da chamada progressividade de penas para crimes hediondos, que também está em discussão naquela corte, conforme informou Mercadante.

O relator, Jefferson Péres (PDT-AM), manifestou-se contrário ao projeto (PLS 113/03), por entender que o ser humano tem pleno direito de acesso à liberdade condicional. Para o senador, a execução de qualquer sanção penal possui, dentre as suas finalidades, “a de proporcionar condições de reintegração social do condenado para que não se apague a esperança de liberdade”.

Hélio Costa discordou do relator e observou que a proposta tem por meta modernizar a lei no sentido de tornar mais rígidas as penalidades para crime hediondo. Segundo disse, países europeus já estão adotando a prisão perpétua até para estupro, razão pela qual não aceita que a legislação brasileira seja benevolente com aqueles que pratiquem crimes hediondos.



PROPOSTA Renan Calheiros, que participou de seminário no Rio de Janeiro sobre posse de arma de fogo, é contra a inclusão de outros temas na consulta popular

Fotos: Geraldo Magalhães

Renan quer garantir referendo este ano sobre venda de armas

■ Ele pede mobilização da sociedade para que consulta popular seja realizada no primeiro domingo de outubro

*Marcos Magalhães
enviado especial
Agência Senado*

O presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu ontem que a sociedade se mantenha mobilizada para garantir a realização, no primeiro domingo de outubro, do referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo. A convocação do referendo, prevista no Estatuto do Desarmamento, precisa ser feita por meio de projeto de decreto legislativo, já aprovado pelo Senado e agora em tramitação na Câmara.

– A aprovação do estatuto foi um importante passo dado pela sociedade brasileira na direção de sua vocação maior, que é a paz. Mas a eficácia do estatuto depende da realização do referendo – lembrou Renan durante o Seminário Internacional sobre Regulamentação da Posse e do Uso de Armas Pequenas por Civis, realizado no Rio de Janeiro.

O senador observou que a palavra final sobre o decreto legislativo caberá ao Senado, onde ocorreu a primeira votação da matéria. Mesmo que os deputados alterem a proposta, para incluir novas perguntas, disse, os senadores poderão manter a redação inicial. Advertiu que a inclusão de outros temas no primeiro referendo da história do país poderá enfraquecer a iniciativa.

– Sou contra a ampliação do referendo. Temos que fazer este primeiro, sobre a questão da comercialização de armas, para fortalecer a hipótese de consultas à população – afirmou o parlamentar.

Durante o seminário, o diretor do movimento Viva Rio, Rubem César Fernandes, destacou que dois terços dos 15,5 milhões de armas leves que se encontram em mãos de cidadãos brasileiros são ilegais. Mais da metade dessas armas, informou, foi adquirida no mercado informal. Ou seja, são armas inicialmente adquiridas legalmente, mas que, ao longo do tempo, foram revendidas a terceiros uma ou várias vezes. Mas, acrescentou ele, se aprovada a proibição da venda de armas, estarão se fechando as portas do mercado formal e,

conseqüentemente, do mercado informal.

Compromisso

Segundo o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que também participou do evento, o governo está “integralmente empenhado” na realização do referendo. A seu ver, o período que antecede a consulta deverá ser como uma “grande campanha política” a favor do desarmamento. Ele informou que o recolhimento de armas em poder da sociedade foi três vezes maior do que o previsto inicialmente.

O projeto de decreto legislativo, já acolhido pelo Senado, está sendo analisado pela Comissão de Segurança Pública da Câmara e ainda passará pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de seguir para o Plenário.

Maioria dos homicídios resulta de motivos fúteis

De cada dez homicídios cometidos no continente, sete são por motivos fúteis. Os dados, do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, foram apresentados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, como demonstração da necessidade de realização do referendo sobre a proibição da comercialização de armas no país.

Ao participar do seminário, no Rio de Janeiro, sobre a posse e uso de armas pequenas, Renan Calheiros recordou que

mais de 300 mil armas já foram recolhidas desde a aprovação do Estatuto do Desarmamento. Mas advertiu que a sociedade não pode “esmorecer” no combate à violência.

Como lembrou durante o seminário o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, um dos principais argumentos contrários à aprovação do estatuto era o de que se estariam retirando as armas das mãos dos “homens de bem” e não de bandidos. Mas o que se tenta fazer, explicou ele, é evitar a continuidade dos crimes co-



ALVO Márcio Thomaz Bastos esclarece que objetivo é desarmar motoristas estressados, meninos, torcedores exaltados e marido que briga com a mulher

metidos por motivos fúteis.

– Queremos tirar a arma das mãos do marido que brigou com a mulher e pode se sentir tentado a matá-la, assim como queremos evitar que as armas

estejam nas mãos de meninos que se envolvem em briga de rua, de torcedores de futebol exaltados ou de pessoas estressadas no trânsito – acrescentou o ministro da Justiça.

Acordo pode destrancar a pauta na terça-feira

■ Lideranças do governo e do PSDB decidem ouvir presidente do Banco Popular sobre microcrédito

A pauta de votações do Senado só deve ser desobstruída na próxima semana, com a votação da Medida Provisória 226/04, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo. Entendimentos entre a liderança do governo e o PSDB, em reunião realizada no início da noite de ontem, garantiram uma nova audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na próxima terça-feira para ouvir o presidente do Banco Popular do Brasil, Ivan Guimarães, sobre a experiência na concessão de crédito para a população de baixa renda, e para promover

mudanças na MP.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), informou que a área econômica aceita negociar modificações que melhorem a eficácia do programa de microcrédito. O Banco Popular, uma subsidiária do Banco do Brasil, em operação comercial desde julho de 2003, já alcança, segundo ele, uma clientela de 1,35 milhão de pessoas. De acordo com Mercadante, o governo pretende votar a MP ainda na terça-feira.

Dúvidas

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse, após a reunião que contou com a presença do líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), e do presidente do Banco Popular, que há dúvidas sobre o programa. Na avaliação dele, o programa está funcionando mais como uma espécie de crédito direto ao consumidor de baixa renda

e trazendo prejuízos ao banco. Jereissati sugere que o país siga o modelo bem-sucedido de Bangladesh, mais voltado à produção e com um sistema de aval solidário, pelo qual um grupo de clientes responde solidariamente pelo risco da operação.

Conforme Delcídio, o governo está empenhado em fazer acordos que viabilizem os financiamentos aos pequenos empreendedores. Isso está sendo considerado uma segunda fase do programa. A primeira foi de inclusão bancária concentrada no crédito para o consumo. Conforme Gilson Bittencourt, assessor especial do Ministério da Fazenda, que esteve na CAE, na última terça-feira, o público alvo desta nova fase são empresas com faturamento de até R\$ 60 mil anuais e a taxa de juros mensal deverá girar em torno de 4%.

Bula de remédio deverá ter letra maior para facilitar a leitura

As indústrias poderão ser obrigadas a imprimir as bulas de medicamentos com letras em dimensões que facilitem a leitura por parte dos consumidores. Projeto com essa exigência foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) em caráter terminativo: não havendo recurso para votação em Plenário, irá diretamente à avaliação da Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) e relatado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o projeto tem por objetivo corrigir erros de entendimento por parte dos consumidores quando procuram se informar sobre as características dos remédios, o que, em muitos casos, pode provocar graves problemas de saúde.

Conforme relatou Azeredo, a proposta beneficiará mais os consumidores de terceira idade, que, normalmente, sofrem de presbiopia, mal popularmente conhecido como "vista cansada".

Outro projeto terminativo aprovado na comissão, de autoria do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) e relatado pelo senador Sibá Machado (PT-AC), torna obrigatória a proteção



OBJETIVO Romeu Tuma quer evitar erro de entendimento por parte dos consumidores

contra radiação ultravioleta nos óculos de sol. A medida, de acordo com o relator, torna-se imperiosa, sobretudo porque óculos de sol sem correção visual são vendidos em larga escala no país e, não contando com proteção contra raios ultravioletas, acabam colocando em risco a saúde visual de grande parte da população.

O senador Augusto Botelho (PDT-RR), por sua vez, relatou projeto, originado na Câmara dos Deputados, que retira dos dentistas a prerrogativa de prescrever "esteróides" e "ptídeos anabolizantes" a seus pacientes. A prerrogativa, agora, é exclusiva de médicos e veterinários. A matéria, para seguir à sanção presidencial,



AUDIÊNCIA Foi aprovado requerimento de Jonas Pinheiro convidando ministro da Saúde

precisa ser aprovada ainda pelo Plenário do Senado.

Requerimentos

Na reunião de ontem, a CAS aprovou dois requerimentos. O primeiro, de Jonas Pinheiro, convoca o ministro da Saúde, Humberto Costa, para debater a atual situação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), entidade que tem, entre outras obrigações, a de cuidar da saúde das populações indígenas. De autoria de Eduardo Azeredo, o segundo requerimento dá nova denominação à Subcomissão Permanente de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, que passa a se chamar Subcomissão Permanente de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais.



DIÁLOGO Mercadante (em pé) quer negociar com César Borges (sentado) a aprovação de emenda à proposta que muda regras do Orçamento da União

Orçamento impositivo: exame de emendas sofre adiamento

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou ontem o exame de destaques à proposta de emenda constitucional que torna obrigatória a programação constante da Lei Orçamentária Anual.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) pediu vista do relatório de César Borges (PFL-BA) sobre as emendas apresentadas por Mercadante. A proposta (PEC 22/00), de autoria de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), modifica a forma como o Orçamento da União é feito: atualmente,

ele apenas autoriza o governo a gastar recursos de determinada forma. Antonio Carlos pretende que o Orçamento tenha execução obrigatória.

Mercadante pediu vista da matéria porque César Borges optou pela rejeição de uma das emendas apresentadas por ele. O senador paulista afirmou que pretende negociar a aprovação da matéria com o relator. A emenda em questão prevê que as modificações da PEC sejam implantadas de maneira progressiva.

Câmara conclui votação da PEC Paralela, que volta ao Senado

A Câmara dos Deputados encerrou ontem a votação, em dois turnos, da PEC Paralela da Previdência, de autoria do Senado. Acordo acatado por todos os deputados em Plenário permitiu a conclusão da votação em primeiro turno e, em seguida, a realização do segundo turno sem observar o intervalo de cinco sessões entre eles.

Uma das principais alterações em relação ao texto acatado pela Casa em julho de 2004 foi a manutenção, para as pensões, do mesmo reajuste dado aos servidores da ativa, a chamada paridade. Essa paridade está garantida para as pensões derivadas das aposentadorias de servidores aposentados pela nova opção introduzida na Constituição pela PEC Paralela.

Segundo essa nova opção, que pode ser exercida apenas por aqueles que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998, os homens deverão ter 35 anos de contribuição e as mulheres 30 anos. Funcionários de ambos os

sexos terão de possuir ainda 25 anos de efetivo exercício no serviço público, 15 anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria.

A idade mínima de 60 anos para homem e de 55 anos para mulher, exigida na regra geral, será reduzida em um ano para cada ano de contribuição que exceder o mínimo necessário. Para os professores de educação infantil, ensino fundamental e médio, os requisitos serão reduzidos em cinco anos.

Outra modificação incluiu os atuais servidores e pensionistas portadores de doença incapacitante no novo limite salarial a partir do qual haverá cobrança da contribuição previdenciária para esses casos. A contribuição será cobrada sobre o valor excedente ao dobro do benefício máximo pago pelo Regime Geral de Previdência Social, enquanto o limite vigente na Constituição é de uma vez o benefício máximo. Atualmente, esse benefício é de R\$ 2.508.

A PEC Paralela voltará a ser analisada pelo Senado, de onde é originária. **(Agência Câmara)**

Virgílio quer CPIs sobre privatizações e Waldomiro

Os requerimentos de criação das comissões, cada um com 30 assinaturas, foram lidos na sessão de ontem

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), apresentou ontem requerimentos para a criação de duas comissões parlamentares de inquérito (CPIs). Uma se destina a investigar as privatizações no governo Fernando Henrique Cardoso. A outra objetiva apurar denúncias de corrupção envolvendo o ex-assessor da Presidência da República Waldomiro Diniz, que era subordinado ao ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Cada um dos requerimentos conta com assinaturas de 30 senadores. Eles foram lidos, ao final da sessão, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

– As duas CPIs são irrecusáveis. Espero que não ocorra aquele velho jogo do governo de pedir para companheiro retirar sua assinatura, para o líder não indicar ou trabalhar contra



APURAÇÃO "Espero que o governo não peça para companheiro retirar assinatura", afirma Arthur Virgílio

a instalação. É a oportunidade de passar a limpo, de uma vez por todas, as pendências em torno das privatizações e investigar esse cadáver insepulto que é o caso Waldomiro Diniz – afirmou Virgílio.

Para o senador do Amazonas, como o processo de privatizações envolveu muito dinheiro, a possibilidade de se encontrar alguma irregularidade não pode ser descartada. Quanto ao caso Waldomiro Diniz, disse ter convicção absoluta de que as investigações vão desvendar detalhes do que

Conselho de Justiça deve ser instalado este semestre

O Conselho Nacional de Justiça, órgão que realizará o controle externo do Poder Judiciário, poderá ser instalado até o dia 6 de junho. A indicação dos nomes das pessoas que irão integrar o colegiado deverá ser efetuada até o dia 7 de maio. As datas estão estabelecidas na Emenda Constitucional 45, que promoveu a reforma do Poder Judiciário, conforme esclareceu ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, respondendo a

Eduardo Suplicy (PT-SP).

O pedido de esclarecimento deveu-se a apelo do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edison Vidigal, para que o Senado dê prioridade ao exame das indicações para o colegiado.

Suplicy informou ao Plenário que, em conversa com o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), recebeu a garantia de que a comissão já está debatendo o assunto.

já foi transmitido pela televisão, quando foram reveladas as conversas gravadas entre o ex-assessor e o empresário de jogos Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

Guerrilha

Virgílio também comunicou que, em conjunto com o líder do PSDB na Câmara, Alberto Goldman, resolvera não participar da reunião com o general Jorge Armando Félix, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e com o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Mauro Marcelo de Lima e Silva.

O encontro, que se realizaria na liderança do PMDB, visava esclarecer entrevista publicada pela revista *Veja*, segundo a qual as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) teriam doado US\$ 5 milhões para financiar campanhas de candidatos do PT.

Na avaliação de Virgílio, a reunião deveria ser pública, aberta para a imprensa, com a presença de todos os parlamentares e dos demais interessados no assunto.



VOTAÇÃO Eduardo Suplicy lembra apelo do presidente do STJ para que Senado dê prioridade a indicações

O senador José Jorge (PFL-PE) disse que Antonio Carlos formou ontem uma subcomissão para definir os critérios de escolha dos nomes que deverão compor o órgão.

Jefferson estranha presença de representante de movimento

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) questionou as possíveis razões do governo para permitir que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) mantenham um representante no Brasil. Para ele, é inaceitável que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) não investigue e nem acompanhe

as atividades daquele representante.

– As Farc deixaram de ser, há muito tempo, um movimento político e hoje são criminosos, terroristas, seqüestradores que vivem do narcotráfico. É um movimento tão criminoso que abrigou Fernandinho Beira-Mar, um dos maiores

criminosos do Brasil. Por que as Farc têm um representante no Brasil? – indagou.

Fronteira

Jefferson manifestou-se preocupado com a fronteira de centenas de quilômetros que a Colômbia tem com o Brasil. Ele considera que ela se encontra desguarnecida, possibilitando

que integrantes do grupo entrem em território brasileiro.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que o movimento armado colombiano agora seqüestra e promove o tráfico de drogas “para sobreviver”, pois há muito tempo não mais recebe ajuda oriunda do estrangeiro.



ESCLARECIMENTO Senadores e deputados ouvem o general Jorge Armando Félix no gabinete da Liderança do PMDB no Senado

Comissão ouve Félix sobre suposta doação das Farc

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência aprovou ontem requerimentos convidando o ministro da Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, e o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva.

Os dois deverão prestar esclarecimentos sobre reportagem da revista *Veja* a respeito de suposta contribuição de US\$ 5 milhões das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) para candidatos petistas nas eleições de 2002.

O autor dos requerimentos, Demostenes Torres (PFL-GO), disse que o general Félix soube da realização da reunião da comissão e decidiu se antecipar ao convite, comparecendo ontem, informalmente, a reunião no gabinete do líder do PMDB, Ney Suassuna (PB).

– O general Félix confirmou a existência de um documento secreto, arquivado na Abin sob o número 095, de abril de 2002, informando sobre uma suposta contribuição de US\$ 5 milhões das Farc para a campanha presidencial de 2002. Segundo ele, não houve investigação sobre o documento porque a Abin não deu credibilidade às informações, limitando-se a arquivá-lo – relatou.

Para Demostenes, é estranho

que a Abin não tenha encontrado lastro no documento e, mesmo assim, se deu ao trabalho de classificá-lo de secreto e de mandá-lo ao arquivo.

– Essa história está mal contada. Um documento com fatos tão graves não poderia ter sido simplesmente arquivado. Ninguém poderia abrir mão de investigar a fundo essa questão. O PFL e o PSDB vão continuar a recolher informações e, se for o caso, propor a instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito – afirmou.

Reunião

O presidente da comissão mista, senador Cristovam Buarque (PT-DF), anunciou uma reunião hoje, às 14h30, na Comissão de Relações Exteriores (CRE), para ouvir o general Félix e o delegado Mauro Marcelo. A reunião será aberta a todos os parlamentares, mas fechada à imprensa.

A comissão aprovou, ainda, requerimentos para ouvir o representante informal das Farc no Brasil, padre Olivério Medina, e o ministro da Segurança Institucional no governo Fernando Henrique, general Alberto Cardoso, responsável pelo arquivamento do documento secreto. A comissão também decidiu requerer todos os documentos de posse da Abin sobre as Farc, a partir do ano 2000.



REPÚDIO Jefferson Péres lembra que as Farc se dedicam hoje à prática do terrorismo e ao narcotráfico

Paim quer recuperação de ganho de aposentado

Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem a preocupação de aposentados e pensionistas em relação à política de reajustes de seus benefícios. Segundo documentos apresentados pelo senador, se for mantida a política dos últimos dez anos, a tendência é de que todo aposentado e pensionista da Previdência Social passe a receber somente um salário mínimo.

Paim lembrou que, em 1993, os benefícios da Previdência foram desvinculados do salário mínimo. O senador frisou que o Supremo Tribunal Federal vem dando ganho de causa aos aposentados que questionam a fórmula.

O senador disse ter conversado com o ministro do Planejamento, Nelson Machado, na terça-feira, quando defendeu o estabelecimento de um diálogo sobre o tema com vistas à construção de uma política de recuperação dos benefícios previdenciários.

PEC Paralela

Antes da votação da Câmara, Paim pediu a construção de um amplo entendimento na Casa sobre a votação da PEC Paralela, a fim de que não precisasse sofrer emendas, podendo ser promulgada neste semestre. Contudo, a proposta foi aprovada ontem com emendas.

O senador ainda agradeceu a colaboração do presidente da Comissão de Educação, senador Hélio Costa (PMDB-MG), para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.



APROVAÇÃO Paim também pediu entendimento para votação da PEC Paralela



Senadores destacaram a trajetória política de Luís Eduardo Magalhães, morto em 1998 e que ontem completaria 50 anos. Sua firmeza e dinamismo à frente da Câmara dos Deputados, além de seu respeito com os adversários, foram lembrados pelos parlamentares que se revezaram na tribuna

Senado homenageia memória de Luís Eduardo Magalhães

O Senado homenageou ontem a memória de Luís Eduardo Magalhães, falecido em 1998, aos 43 anos, quando exercia mandato de deputado federal. Filho do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Luís Eduardo foi um dos principais articuladores do governo federal no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, tendo exercido a função de líder do governo. Na qualidade de presidente da Câmara dos Deputados (1995-1996), chegou a assumir, como substituto constitucional, a Presidência da Repú-

blica em duas ocasiões, ambas em 1995.

Os parlamentares se revezaram na tribuna para homenageá-lo, recordando sua postura afável e respeitosa com os adversários, além de sua competência como político. O momento de maior emoção se deu com o discurso de seu pai, Antonio Carlos, o segundo parlamentar a discursar. Ele agradeceu pelo apoio que tem recebido dos colegas desde a morte de seu filho. Ao terminar, recebeu o abraço do senador José Sarney (PMDB-AP).



RECONHECIMENTO Emocionado com os discursos em Plenário, Antonio Carlos Magalhães (D) agradeceu o apoio que tem recebido dos colegas parlamentares desde a morte de seu filho

JOSÉ JORGE



Condutor da modernização econômica

O senador José Jorge (PFL-PE), primeiro orador na sessão em homenagem a Luís Eduardo Magalhães, destacou que o deputado, como presidente da Câmara e líder político, viabilizou as reformas que atualizaram a economia brasileira, no começo do governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo lembrou, essas reformas permitiram que o Brasil se inserisse no mercado internacional.

– Luís Eduardo foi o líder que conduziu esse processo. Eu tenho dúvidas de que, sem ele, tivéssemos condições de realizar as mudanças que modernizaram a economia do país – afirmou.

ANTONIO C. MAGALHÃES



Mesmo vivendo pouco, realizou muito pelo país

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que seu filho Luís Eduardo seria eleito governador da Bahia e, talvez, presidente da República. “O destino não quis. Mas o então cardeal dom Eugênio Salles me disse: ‘Tanta gente vive tanto e não realiza nada. Luís Eduardo viveu tão pouco e realizou tanto pelo seu país’. E o cardeal estava certo”, disse Antonio Carlos.

O senador recordou o infarto que sofreu em 1989, quando o filho passou 40 dias ao pé de seu leito, em São Paulo. “E quando ele sofreu o infarto fatal, eu pude ficar apenas quatro horas junto dele”, lamentou.

EDUARDO S. CAMPOS



Firmeza e vibração com os colegas

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) destacou a firmeza e a vibração com que o jovem líder Luís Eduardo Magalhães tratava seus colegas.

Segundo o senador, Luís Eduardo Magalhães teve uma presença marcante em sua vida pública. O senador recordou que quando recebeu a notícia do falecimento do então deputado, acompanhava seu pai, o ex-governador Siqueira Campos, na visita às obras da construção de uma usina hidrelétrica no estado do Tocantins. O senador contou que aquela usina recebeu o nome de Luís Eduardo Magalhães, em homenagem ao deputado.

JORGE BORNHAUSEN



Líder das reformas no Parlamento

Ao relembrar a trajetória política do deputado Luís Eduardo Magalhães, o presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), creditou ao parlamentar baiano a condição de líder das reformas no Parlamento.

– Da Presidência da Câmara, como homem público jovem, mas já estadista, Luís Eduardo conduziu com firmeza e dignidade as reformas constitucionais indispensáveis ao país – afirmou.

Ainda na época da Assembleia Nacional Constituinte, contestava a formação de monopólios, a reserva de mercados e o tamanho do Estado brasileiro, lembrou o senador.

RENAN CALHEIROS



Político hábil, competente e honesto

Ao homenagear a passagem do 50º aniversário de nascimento de Luís Eduardo Magalhães, o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, destacou a personalidade do político baiano.

– Era um especialista em ouvir a todos com atenção; um político hábil, competente, lúcido, tolerante e honesto – ressaltou.

Renan lamentou que Luís Eduardo tenha morrido no momento mais importante de sua carreira política, quando se preparava para lançar a candidatura ao governo da Bahia e também já figurava como forte candidato à Presidência da República.



A lealdade, a ética, a habilidade política, a capacidade de liderança, a coragem, o liberalismo e o espírito público de Luís Eduardo Magalhães foram lembrados pelos senadores que discursaram na sessão em homenagem ao ex-presidente da Câmara dos Deputados, que se destacou também como articulador do governo no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso

Fotos: Roosevelt Pinheiro

TASSO JEREISSATI



"Cumpria acordos, e era leal"

"Ele seria hoje uma raridade no Congresso, porque tinha coerência, cumpria acordos firmados, era leal e tinha a força do caráter." Assim Tasso Jereissati (PSDB-CE) se referiu a Luís Eduardo Magalhães.

– Ele era leal às pessoas e aos seus princípios. Teve a coragem de se pronunciar contra o *impeachment* de Collor, quando dezenas de ex-aliados do então presidente mudaram de lado e, sob o aplauso do momento, votaram pelo *impeachment*.

HERÁCLITO FORTES



Papel histórico na condução de mudanças

Heráclito Fortes (PFL-PI) ressaltou o papel histórico do ex-deputado na condução das mudanças votadas na Câmara durante o governo Fernando Henrique. Entre elas, as reformas administrativa e do sistema financeiro; o início da reforma da Previdência; a quebra do monopólio das comunicações; e a criação das agências reguladoras.

– Dizem que o Luís Eduardo foi o grande condutor das reformas. Na verdade, ele foi a própria reforma – afirmou.

LUIZ OTÁVIO



"Honrou o seu estado e o seu país"

Luiz Otávio (PMDB-PA) lembrou que o ex-deputado deixou sua marca na história do Brasil ao se destacar como um dos mais importantes homens públicos nos seus últimos anos de vida.

– Em nome de Ana Júlia Carepa (PT-PA), de Fernando Flexa Ribeiro (PSDB-PA), do governador Simão Jatene, do prefeito de Belém, Duciomar Costa, e do povo paraense, deixo registrada a homenagem a quem muito honrou o seu estado e o seu país.

VALADARES



Episódio desconhecido do público

"O comportamento político de Luís Eduardo é um padrão a ser seguido pelos parlamentares", disse Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Ele relatou episódio desconhecido do público. Em certa ocasião, insatisfeito com a demora na liberação de verbas para Sergipe, procurou o então líder do governo. Luís Eduardo, de imediato, telefonou para o Planalto, e, ao interlocutor, informou que "não admitia discriminação contra parlamentares de oposição".

HÉLIO COSTA



"Era uma esperança para o Brasil"

"Luís Eduardo era uma esperança para o Brasil, pelas suas qualidades, espírito público, capacidade de liderança, principalmente nas horas mais difíceis", disse Hélio Costa (PMDB-MG).

Para o senador, o ex-deputado "era uma figura ímpar, moldado para a vida pública, o que talvez tivesse herdado de seu pai. Sabemos que liderança é um dom natural, uma aceitação e um reconhecimento pelos nossos pares das qualidades especiais que fazem um líder".

EFRAIM MORAIS



Exemplo para os jovens políticos

Efraim Morais (PFL-PB) disse ter uma dívida de gratidão com o ex-deputado. "Construí com aquele jovem uma amizade estreita. Aprendi a admirá-lo e a entender o que era a política do Parlamento. Ao chegar ao Congresso Nacional, em 1991, me aproximei e muito daquele que foi um grande mestre."

Efraim afirmou que Luís Eduardo representava um exemplo para os jovens políticos, por seu preparo para exercer qualquer missão pública.

MARCO MACIEL



Aliança do pensamento à ação

Marco Maciel (PFL-PE) disse que o ex-deputado conseguiu aliar pensamento à ação e desassombro à prudência, acrescentando que a homenagem que o Senado lhe prestava era devida pela República a um dos seus mais ilustres e competentes filhos.

– O liberalismo que marcava Luís Eduardo era o liberalismo que se caracteriza por um ideário, por um conjunto de idéias que, se executadas, seriam úteis ao país – ressaltou o senador.

ARTHUR VIRGÍLIO



Competência, coragem e ética

Da presidência da Assembleia Legislativa da Bahia à Presidência da Câmara, Luís Eduardo destacou-se como homem público competente, bem articulado, corajoso e ético, disse Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Em apartes, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), José Sarney (PMDB-AP), Pedro Simon (PMDB-RS), Patrícia Saboya (PPS-CE), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP), João Ribeiro (PFL-TO) e Romeu Tuma (PFL-SP) enalteceram Luís Eduardo.

SÉRGIO GUERRA

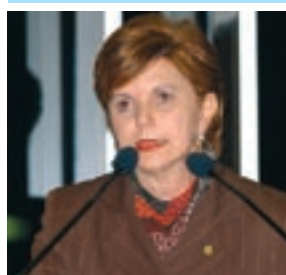


"Faz muita falta à democracia brasileira"

Sérgio Guerra (PSDB-PE) considera que o ex-deputado foi um dos bons políticos que o Brasil produziu nos últimos 30 anos e que "faz muita falta à democracia brasileira".

– Lúcido, ele tinha uma grande capacidade de discernimento, com excelente habilidade de convivência com os contrários. Não é nada fácil o filho de um político conhecido encontrar seu próprio caminho e ter brilho próprio. Luís Eduardo conseguiu isso.

LÚCIA VÂNIA



Participação decisiva em várias votações

Lúcia Vânia (PSDB-GO) ressaltou o papel de "hábil negociador" do ex-deputado, observando que ele teve sua atuação marcada pela facilidade com que transitava junto aos parlamentares dos mais diversos partidos.

– Sua participação foi decisiva em várias votações, como a da reforma administrativa e a das mudanças na Previdência – destacou. A senadora fez menção especial a Antonio Carlos, de quem Luís Eduardo teria herdado a vocação política.

MÃO SANTA



Sugestão de obra de arte no Plenário

Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu a Heráclito Fortes (PFL-PI) que encomende a um artista piauiense a confecção de um busto do ex-deputado e peça ao presidente da Câmara que a obra de arte seja colocada no Plenário.

Heráclito comunicou que, na Ala Luís Eduardo Magalhães, existe um busto do ex-presidente, confeccionado por piauiense, a seu pedido.

Já Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que a morte do deputado foi uma perda irreparável.

CÉSAR BORGES



Solidariedade com os adversários

César Borges (PFL-BA) destacou a atuação do ex-deputado na Presidência da Câmara.

– Luís Eduardo tinha uma admirável capacidade para superar impasses e para corrigir rumos estratégicos. Líder nato por vocação, ascendência genética e brilho próprio, ele conquistava a confiança de seus pares pelo exemplo de coerência, pelos acertos políticos, pela solidariedade com os adversários e pelo respeito às opiniões que divergiam das suas.



URGÊNCIA Lúcia Vânia garante que municípios de Goiás têm infraestrutura necessária

Lúcia Vânia apóia emancipação

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) voltou a defender a imediata votação pelo Plenário da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 12/04, que garante a emancipação política dos municípios criados até o ano de 2000, desde que tenham realizado mais de uma eleição.

A proposta, informou a senadora, já tem parecer favorável do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Lúcia Vânia disse que se reuniu ontem com o governador de Goiás, Marconi Perillo, e com os prefeitos de Gameleira, Campo Limpo de Goiás, Lagoa Santa e Ipiranga, para reafirmar seu apoio à proposta de emenda. Esses municípios, garantiu, têm toda a infraestrutura necessária para continuarem emancipados.

Qualidade do ar é boa no Plenário

O Senado Federal recebeu neste mês laudo técnico de análise do ar do Plenário da Casa. O laudo garante que o ar do ambiente está "em total acordo com as recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)" e, portanto, não apresenta risco à saúde dos parlamentares.

O documento é assinado pela empresa Nalco, e a comunicação ao diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia, foi feita pelo gestor do contrato de manutenção dos sistemas de ar-condicionado do Senado Federal, engenheiro Luciano Oliveira.

José Jorge elogia decisão do STF

O senador José Jorge (PFL-PE) registrou a decisão do Supremo Tribunal Federal que rejeitou, por 8 votos contra 2, Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a quebra do monopólio da Petrobras. José Jorge disse que a decisão é importante, principalmente porque a Petrobras cresceu e tornou-se mais eficiente com o fim do monopólio.

Agricultura necessita de mais R\$ 1 bi, diz ministro

Roberto Rodrigues, em depoimento na CRA, pede ajuda para comercialização da safra deste ano

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, solicitou apoio dos integrantes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para atuação junto ao Ministério da Fazenda com objetivo de que seja autorizada a liberação de mais R\$ 1 bilhão para operações de crédito destinadas à comercialização da safra agrícola. De acordo com Roberto Rodrigues, R\$ 3 bilhões já foram autorizados pelo governo, mas não são suficientes para apoiar o setor nesse momento.

O ministro da Agricultura

informou que essa é uma das formas que o governo federal tem para ajudar a enfrentar a crise que afeta principalmente cinco produtos: algodão, arroz, milho, soja e trigo. O problema deve-se ao aumento da produção mundial, que derrubou de forma drástica os preços internacionais. No Brasil, continuou, os custos de produção cresceram em média 17%.

Há estimativas, disse ele, de que, para cada 1 milhão de toneladas colhidas a menos, a perda de renda no setor seja de R\$ 500 milhões. O mercado, assinalou o ministro, já trabalha com uma safra inferior a 118 milhões de toneladas para este ano.

Para aliviar a crise, o Executivo, conforme o ministro, ainda estuda a prorrogação, para o final dos contratos, dos financiamentos concedidos para

investimento. Nos municípios em estado de calamidade pública, todos os contratos serão prorrogados, assegurou.

Biomassa

Mas o cenário para a agricultura é positivo, segundo Roberto Rodrigues, principalmente na área da produção de biomassa. Ele acredita que o Brasil poderá crescer com os programas de etanol e do biodiesel, assunto que deverá estar na pauta da viagem do presidente Lula ao Japão.

Há estudos que indicam também, observou, que 30 milhões de hectares, atualmente ocupados por pastagens, poderão ser incorporados à agricultura, em razão da evolução tecnológica no setor de pecuária. Somente na área de grãos, como informou, há potencial para incorporação de 2 milhões de hectares por ano.



PROJEÇÃO Rodrigues (E) afirma na comissão que aumento da produção derrubou preços no mercado internacional

Zoneamento agrícola do Sul pode mudar

O ministro Roberto Rodrigues disse que, se os técnicos do governo detectarem uma tendência de mudança climática no Sul do país, será preciso refazer os critérios que nortearam o zoneamento agrícola da região. A observação foi motivada por questionamento do senador Flávio Arns (PT-PR), que havia dito que "a seca já é realidade permanente no Sul do país".

Para a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), o ministro informou que o governo está "trabalhando muito vigorosamente com agricultura familiar por meio do cooperati-

vismo". A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou temer que a agricultura familiar se esvazie se não houver proteção do ministério.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) questionou medidas do governo em relação à infraestrutura, que, segundo ele, é o grande gargalo no desenvolvimento agrícola brasileiro. Ao responder ao senador Pedro Simon (PMDB-RS), o ministro assegurou que o governo vai cumprir integralmente as metas estabelecidas para o Programa de Agricultura Familiar (Pronaf) para este

ano, independentemente das dificuldades advindas com a seca que atingiu os produtores da região Sul. Ele salientou que o governo deve alocar um valor superior a R\$ 200 milhões para garantir a implantação do programa.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) reclamou da demora na execução do socorro aos produtores dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O senador Aelton Freitas (PL-MG) pediu apoio para o refinanciamento das dívidas dos agricultores do Triângulo Mineiro.



OPINIÃO Heloísa acredita que existem outras pessoas ligadas ao setor com qualificação para o cargo

Heloísa Helena critica escolha de Ciro Gomes para a Saúde

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou ontem a escolha do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, para ocupar a pasta da Saúde. Segundo a parlamentar alagoana, há no país, inclusive nos quadros do PT, pessoas ligadas ao setor com as qualificações necessárias para assumir o cargo.

Heloísa disse que evitava fazer julgamento pessoal sobre o ministro. Apenas expressava o ponto de vista de alguém que militou durante anos, e ainda milita, em favor das causas da saúde. A propósito, ela lembrou conquistas históricas como os dispositivos constitucionais que beneficiam a área e o Sistema Único de Saúde (SUS).

– Tenho o direito de fazer as críticas necessárias. O ministério não pertence ao presidente Lula, embora seja dele a caneta que nomeia os ministros – afirmou. A senadora lamentou o caráter de "balcão de negócios" das discussões em torno da reforma ministerial ora em curso.

A parlamentar do PSOL lembrou que a mudança na Saúde é tanto mais delicada quanto mais se tem em mente que está em jogo a saúde física e mental dos cidadãos brasileiros, principalmente os mais humildes. Ela salientou que, diante do padrão epidemiológico do país, as ações precisam ser objetivas e rápidas.

Heloísa Helena foi apartada pelo senador José Jorge (PFL-PE), que também considerou equivocada a escolha de Ciro Gomes, até porque se trata de um fumante.